

ATA DA 16ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM SETE DE FEVEREIRO DE 2018.

No dia sete do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Sexta Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN – Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 15ª reunião; 2 – Projeto para contenção da erosão da praia - Ademar Salgosa; 3 - Deposição de material de dragagem em cavas subaquáticas - Patrícia Silvério; 4 - Câmaras Técnicas – revisão da composição; 5 - LOGUM Logística – apresentação de análise do EIA/RIMA pela Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentado e resposta da empresa; 6 - Atualização do Regimento Interno; 7 - Comunicados da Secretaria; 8 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira – SEMAM I; Marcio Gonçalves Paulo e Luiz Otávio de Almeida Castro – SEMAM II; Marcos P. Bandini – SESEG; Telma da Conceição C. D. Alves – SEDUC; Fernando Carniceli – SEFIN; Pedro Paulo de Mello Souza Lima – SEMES; Romilda Lorenzo Gomes – SETUR; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Edinaldo Cirino dos Santos – SESERP; Juliana Maria de Souza Freitas – SEDURB; Ricardo Salgado e Silva – SAPIC; Ana Paula C. Machado – COHAB; Renato Carvalho – CET; Renan Ribeiro – Unisanta; Mariângela Oliveira de Barros – Unimonte; Thaís C. O. Markevich – CIESP; Alba M. G. Kannebley – A.C.S.; Ademar Salgosa Junior – CREA; Thaís Carezato de O. Markevich – CIESP; Eduardo Lustoza – AEAS; Zenivaldo Ascensão dos Santos – ABES; João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros; Patrícia Trindade do Val – OAB; Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto dos Santos Fernandes – ASSOC. SURF; Renato Prado e Ibrahim Tauil – CONCIDADANIA; William Schepis – Ecofaxina. Foram justificadas as ausências de: SEDES; PRODESAN; UNISANTOS; UNILUS. Ausentes: SIEDI; SEAS; SECULT; SERIC; FATEC; Fundação Mokiti Okada; Soroptimistas Internacionais de Santos; COMEB. Participaram os convidados: Marcos Libório – SEMAM; Eduardo Kimoto Hosokawa – SEDURB; Adilson Luiz Gonçalves – SAPIC; Regina Elsa Araújo – REDEC; Lucio Fagundes, Marcelo Ricardo de Sara e Luiz Miguel Casarini – Instituto de Pesca; Marly Vicente e Claude F. Oliveira – ISAC-VP; Dionísio Matheus Andrade – Fórum da Cidadania; Paula Hermont Diniz Tibo – VLI; Élio Lopes. O presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia. A ata foi aprovada por unanimidade. Sobre o segundo assunto em pauta, Sr. Ademar solicitou que Sr. Fábio da Associação Santista de Surf lesse a ata da reunião da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, em resposta ao Ministério Público, enviado pelo Procurador Daloia, com adendo do oceanógrafo Paulo Garreta. Após a leitura, completou dizendo que foi considerada a expertise da Unicamp e técnicos e que a posição da Câmara Técnica é de apoio e complementação do projeto e da obra, ressaltou a preocupação quanto à balneabilidade e que o problema foi potencializado pela dragagem do canal. Sr. Bandini/ Defesa Civil complementou que é um projeto piloto de baixo impacto ambiental, utilizando materiais disponíveis no ambiente, mais um motivo para darem o aval. Sr. Ademar lembrou que o cenário mudou porque o licenciamento foi resolvido. Sr. Lustoza/AEAS detalhou que trabalharam com senso comum da física e da lógica. Será uma armadilha de sedimentos para levantamento de uma rampa praial e acrescentou que a água não faz curva, só se for encanada. O projeto descrito parece confiável, crível e o apoiam, nesse momento devolvem para que o Comdema aprecie. Sr. Fabrício Gandini / Instituto Maramar disse que há sete anos estuda o caso e sugeriram esse projeto. Segundo Benedito Calixto, o calado deveria ser entre 6 e 7 m e hoje está entre 13 e 15 m. Tem acompanhado o processo e houve mudança brutal quanto à leitura da prefeitura. O estudo, antes capitaneado pela USP e agora pela Unicamp tem proposta equivalente a uma grande meia cheia de areia que vai frear as ondas e diminuir a

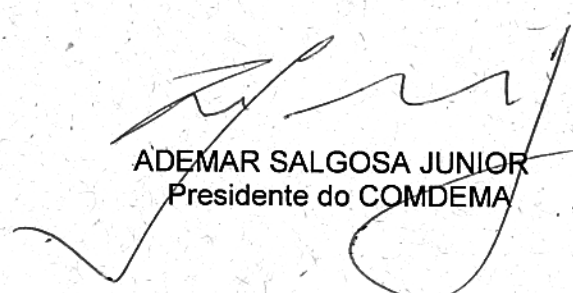
energia, como um recife artificial. A instrução normativa do Ibama impõe que seja emitido Termo de Ajustamento de Conduta e se não o fez, está prevaricando. Sugere uma discussão mais ampla em acordo com a Codesp sobre o canal, que também afeta o Guarujá, o que tem sido alertado pelo Instituto Maramar. A modelagem hidrodinâmica é um projeto necessário e o monitoramento deve ser independente. Agradeceu pela palavra. Sra. Patrícia/OAB lembrou que quando o projeto foi apresentado em reunião passada do Comdema, em sua parte legal, existia a pendência de alguns órgãos e a aprovação do Comdema seria de acordo com a concordância quanto a essas pendências, sendo que na mídia o Comdema apareceu como responsável. A justiça do estado exigiu da Cetesb resposta sobre o licenciamento e essa respondeu que não é o órgão competente para tal. Não leu na íntegra, mas não ficou claro que houve a dispensa do licenciamento. A pedido do Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório, Sr. Ernesto explicou que esse é um fórum que representa a sociedade e é importante que se esclareça o tema. Concordeu com Sr. Fabrício e disse que o estudo é independente e gratuito, por convênio com a Unicamp e se Sr. Fabrício e outros pesquisadores quiserem participar do monitoramento, serão bem-vindos. O Ibama foi claro, pontual e específico sobre sua competência apenas na área fora da baía, conforme decreto-lei. Além disso, o IBAMA está preocupado com assuntos nacionais, como o desastre de Mariana e este é um caso local e de baixo impacto. Sra. Patrícia lembrou que, de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, cabem à União, Ibama, a gestão de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos, entre outros, no *mar territorial*, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva. Segundo o Decreto nº 8.437 de 2015 é competência do Ibama o licenciamento do Porto organizado. Sr. Ernesto respondeu que é uma questão de interpretação jurídica. Ela destacou que não é contra, está apenas ponderando para que fique muito claro que não precisa de licenciamento, não apenas pelo órgão não ser competente, e assim evitar que futuramente a prefeitura precise responder. Sr. Ernesto disse que a questão jurídica vai continuar. A prefeitura fez carta consulta aos dois órgãos sobre o processo de autorização. A Cetesb recebeu o mandato de segurança da prefeitura e sua resposta foi categórica, que o projeto é dispensado de licenciamento. Quanto a EIA/RIMA, é necessário para obras de grande e médio impactos e seria incoerente um estudo para aplicar um estudo. De qualquer forma, a prefeitura estudará o monitoramento. Sra. Greicilene pediu a palavra e disse que não faz sentido o Comdema questionar o posicionamento da justiça, mas pensar na obra e em seus impactos. Não parece razoável que o Comdema se coloque contrário, considerando o que foi deliberado em reuniões anteriores, sendo a questão maior a do monitoramento. Importante lembrar que estamos juntos e preocupados com essa questão, a Câmara Técnica analisou, assim como o plenário. A intervenção é de baixo impacto e, assim, o Comdema e outros órgãos, são a favor à instalação dessas obras. Estamos discutindo como responder ao Ministério Público, temos um parecer da Câmara Técnica e o plenário deve concordar com ele ou não e posteriormente acompanhar o monitoramento e propor que seja trazido e explicado em assembléia futura. Sr. Renan/Unisantia concordou e disse que não é contrário, o objetivo é proteger a área, ressalta a importância do monitoramento, tanto para saber se o objetivo está sendo atingido, quanto para verificar se não está causando problemas em outras praias, como a praia da Aparecida, por um período de 1 a 2 anos. Sr. Bandini/Defesa Civil complementou dizendo que em relação à resposta ao promotor foi encaminhado um ofício em dezembro com dois pontos muito claros quanto à posição do Comdema, a compreensão de se tratar de uma obra de baixo impacto e a necessidade de evitar danos à infraestrutura urbana da região com medidas de mitigação aos impactos. Sr. Jefer Castelo Branco / ACPO destacou a importância de análise ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável, pode haver impacto na praia do Góes e arguiu se há estudos sobre isso e a dragagem. Não concorda com a solução de desmontar caso não dê certo, argumentando que seu dinheiro não é capim, nem dos Srs. presentes. Em sua opinião é um absurdo a

dispensa de licenciamento pela Cetesb e deveriam consultar o Conselho Estadual, ressaltando que respeita a análise da C.T. de Gerenciamento Costeiro. Engº. Ernesto explicou que o impacto foi definido pelo Ibama e se há questionamentos, devem ser direcionados a ele, como à Cetesb. O presidente concluiu que em consenso o parecer será complementado com os comentários de Sr. Bandini e monitoramento da obra e seus efeitos. Sr. Lustoza ressaltou que é uma obra necessária, que precisa ser acompanhada devido aos sedimentos, não é apenas um projeto piloto, irá defender a área. Sr. Élio Lopes lembrou que foi convidado pelo Comdema, em reunião anterior, a proferir uma palestra no Aquário sobre essa área, cuja erosão se acentuou com o aprofundamento e alargamento do canal de Santos. Contou sobre outro local atingido, o píer e o caminho da praia do Góes, que foram destruídos, caminho usado pelas crianças para irem à escola onde o Engº Acácio iniciou obras, mas após um tempo, cessou-as, por pressão da Codesp. Comparou a uma novela, vieram estudos da USP - inclusive com posições contra Saturnino de Brito - que se encerraram em 2010, por findar o contrato. É morador da Ponta da Praia, participou de vários protestos, essa é uma obra esperada que talvez precisasse mudar o nome, retirando a palavra "piloto" e mudar o objetivo para "evitar a destruição da área urbana", em vez do atual, que é "resolver a erosão da Ponta da Praia". Informou que elaborou um parecer técnico com Sr. Daloia no Ministério Público, do qual faz parte. É necessário um pouco mais de consenso, com mais rapidez. Sra. Mariângela, professora, geógrafa e oceanógrafa da Unimonte, explicou que esse tipo de estrutura é favorável a Santos, não favorece reflexão de onda, como os muros da Ponta da Praia. Sobre monitoramento de área vizinha, acrescentaria a praia do Embaré, que já apresenta mudanças em imagens aéreas. Quanto ao título, sugeriu "recuperação da Ponta da Praia". Engº Ernesto disse que, pelos comentários, alguns parecem não conhecer o projeto. Explicou que rodam o modelo matemático, o qual não apresenta todas as possibilidades, então, faz-se no plano físico, de 1 para 1, sempre com base científica. E dizer que haverá reflexão no Góes, não condiz. O presidente agradeceu e anunciou o próximo assunto, explanação sobre a dragagem do canal Piaçaguera, com Sra. Patrícia Silvério, Diretora Técnica da CPEA – Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais. Iniciou explicando o histórico, com apoio de imagens, quando a empresa Cosipa começou o projeto, em 2005 e posteriormente o EIA/RIMA, que foi elaborado em conjunto por Usiminas e Ultrafertil, com grande margem de segurança. A cava era uma das alternativas licenciadas em 2005 e a abertura ocorreu em 2016. Na etapa 2, foi analisada a caracterização do material, com proposta de limpeza do canal. Foram 207 amostras com mais de 10.000 resultados em 67 pontos amostrais entre as cotas - 12 - 16. O maior contaminante é o HPA e existem dois *hot spots* com concentrações muito elevadas. Onde o risco de mistura era alto, a Cetesb não aprovou. Explicou que a opção de confinar em cava subaquática foi a escolhida por ser segura, com menor risco ecológico, é feito um capeamento de 1 m e meio de material limpo e com o tempo haverá o retorno das condições naturais. Utilizam técnicas para minimizar o impacto, como o difusor que minimiza a dispersão e a cortina de silte para materiais finos. Apresentou um vídeo sobre o projeto com comentários de vários técnicos e pessoas envolvidas com o projeto. Explicou que os estudos para licenciamento são chancelados pela EPA, americana. O local foi escolhido para que haja mais rapidez e segurança ao confinar o material e sem dispersão no meio ambiente, realizado por meio de sucção e colocado na cava por bombeamento, utilizando difusor e depositado no fundo da cava, com uso da cortina para evitar escape da pluma. Apresentou a manifestação da Cetesb que inclui programas ambientais de monitoramento antes, durante e depois do empreendimento. Os programas de qualidade são vários, o da água, ocorre desde 2006, com controle de amostragem, com 189 monitoramentos na abertura e no preenchimento. As exigências da Cetesb estão sendo atendidas e os principais contaminantes não estão sendo disponibilizados no ambiente. Também analisaram os nutrientes e efluentes e as áreas adjacentes, incluindo o manguezal. Quanto aos contaminantes, como o mercúrio e HPA, foram quantificadas

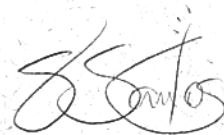
concentrações maiores em 2006. A obra é considerada de melhoria para qualidade da água e do pescado. Quanto aos pescados, foram analisadas espécies com biomassa suficiente e de interesse ao consumo local, inclusive de seus hábitos alimentares. Os contaminantes HPA e mercúrio ocorrem em concentração inferior ao exigido pelo licenciamento, portanto não tem a ver com a etapa que está ocorrendo. Existe um método mais eficiente, que precisaria confinar os peixes para que se alimentassem apenas no local, o que não se faz no Brasil. A área já estava contaminada, com o projeto os próximos organismos vão nascer menos contaminados. O impacto da dragagem em relação à coluna d'água é feita quinzenalmente, os contaminantes não se dissolvem na água, ficam no sedimento que está sendo removido e confinado para ser isolado na cava. Outro impacto da dragagem é a retirada de pequenos organismos que se depositam no solo, mas depois haverá recolonização. Quanto à avifauna, registraram o avistamento de 33 espécies em 99 horas de observação e não foi encontrada contaminação. Sr. Fábio Boturão sugeriu consignar que no Comdema solicitamos a exposição nessa casa por possível contaminação também das praias. A Associação Santista de Surf preocupa-se com a balneabilidade, foi deferida a opção mais barata e perguntou se não seria melhor que os sedimentos fossem tratados. Ela respondeu que seria inviável nesse volume. O melhor é a segregação mecânica dos sedimentos finos, já que nesse caso constituem mais de 80% do total. São analisados o custo, o tamanho, onde por, transporte. Quanto à balneabilidade, não está dispersando para a água, logo não há com o que se preocupar. Sr. Antonio Bernardo trouxe dois alertas. A área em frente à Ilha das Cobras era considerada área protegida, não dragável, intocável. No dia 27 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes o chefe do Gabinete Civil disse que a área nunca foi protegida. O presidente da CPEA notificou, induzindo ao erro, que essa era uma área intocável e não poderiam implantar o projeto do pier apresentado por nós, mas, no mesmo mês, apresentou projeto para a cava subaquática, é lamentável passar por esse constrangimento, com essa empresa protagonista do maior acidente do país. O SPU embargou, dois dias depois, por pressão de Brasília, suspendeu por 10 dias para apresentar a documentação. Fez o segundo embargo, portanto, essa obra está embargada, não pela exposição feita, ela está impedida de ser feita. No direito, fato consumado ambiental não existe. Não podem considerar o cancelamento de uma empresa americana, país que recusou o acordo de Kyoto e foge do acordo de Paris. Colocaram a cava em cima do futuro projeto que desdenham, na Ilha das Cobras, uma ação predatória. Em seguida, Sr. Élio Lopes explicou que foi gerente da Cetesb em Cubatão em 1983 e conhece o desenrolar do projeto, que não foi apresentado em audiência pública, elogiou o projeto da VLI, mas tem um calcanhar de Aquiles, o fim do estuário, com necessidade maior de dragagem. É preciso baixar a cota, mas também de alternativas sustentáveis, como a apresentada em geobag em silo terrestre. Segundo, não é a melhor tecnologia e prática de gestão, perguntou por que a Cetesb não os exigiu? Esse projeto não é sustentável, deixa passivo ambiental para presentes e futuras gerações. No aspecto de licenciamento, nem se fala, são 11 anos entre Licença Prévia e a Licença de Operação, de 2005 a 2016. Ressaltou que há diferença entre dragagem e cava, existe licenciamento para a primeira, não para a segunda e foi colocado em zona de expansão portuária, ZEE, talvez aí a revolta do outro empresário, não respeitaram a ZEE, o que será discutido com a prefeitura de Cubatão. Além disso, o monitoramento deveria ser independente. Pediu para apresentar sua palestra em próxima oportunidade. Sr. Castelo Branco disse não ser contra a empresa, mas contra parte do material que está sendo dragado. Quanto ao social, no tripé da sustentabilidade, os pescadores precisam se afastar cada vez mais, gastar mais combustível, e também há os pescadores que capturam na área da cava. Parabenizou a palestrante, mas as análises químicas estão aquém da segurança. No vídeo aparecem dois funcionários da Cetesb, trata-se de improbidade administrativa. Sr. Ibrahim/ Concidadania disse que na reunião anterior solicitaram que fosse convidado alguém para fazer o contraponto. O presidente respondeu que convidaram

a empresa para apresentar a explicação do processo e quem quisesse fazer contraponto, bastaria comparecer, como aconteceu. Sr. Ibrahim continuou dizendo que a sustentabilidade é dever do governo e esse órgão deliberativo deve assessorar o governo. Foram mostradas três alternativas no vídeo, perguntou ao professor Élio quanto à possibilidade de recuperação do material. Segundo a ABTP é possível utilizar em terraplanagem. Sra. Patrícia explicou que a questão é a granulometria, já que a maior parte é fina. Sr. Ibrahim destacou que nessas decisões econômicas não são considerados os passivos ambientais e sociais. Citou que em pesquisa de uma Universidade de Rio Claro foi analisado que a contaminação está acima do limite no Porto de Santos. Sra. Marly, do Instituto Socioambiental e Cultural da Vila dos Pescadores, comentou que é uma maquiagem para parecer bonitinho, por mais que pesquise, ela não entende, vive em cima desse ambiente, manguezais e assiste a transformação, a Vila dos Pescadores é vizinha desse crime, pesquisa para dar um nome bonito para essa cava que para ela é uma cova e convidou os presentes para verem de perto o que está acontecendo. Tem fotos de antes, durante e depois, o manguezal está morrendo, ela come os pescados mas não tem coragem de dar aos netos, não precisa ser técnico para saber que algo que estava depositado quietinho há 30 anos no fundo do mangue, contamina o mar. O projeto é para melhorar o desenvolvimento, o que não é contra, mas os pescadores precisam gastar mais combustível para pescar mais longe e também não há sinalização para os pescadores e turistas desavisados para não pescarem naquele local. As coisas têm preço mas também têm valor e o valor da vida não tem preço. São R\$ 14 milhões para Santos, R\$ 800.000 para os pescadores, mas o que o pescador quer é o mangue limpo para pescar, é um crime para a Baixada. Sente na pele o problema, são 200 pescadores que choram juntos, pegam caranguejos e não conseguem comer, sendo que teria como fazer com decência e sustentabilidade. E o dinheiro fala mais alto que a vida, o que está lá é invisível, mas, depois, de quem será a responsabilidade? Outra coisa, por causa dessa remexida, as crianças que se banham nessas águas estão com epidemia de doença de pele. Sr. Claude - Instituto Socioambiental e Cultural da Vila dos Pescadores - comparou os pescadores e a empresa com Davi e Golias, associando a funda às suas vozes. Pediu ao Conselho que analise com cuidado antes de aprovar. Cada metro quadrado do mangue é mais caro que o metro quadrado de Nova York, pois é berço da natureza, terão que esperar mais de 30 anos para que o mangue se refaça? Como pescador artesanal, tem a prática, o estudo que está sendo feito é teoria. Esse buraco em área de santuário ecológico está sendo executado sem consultarem a sociedade. Mexer com a vida é inaceitável, o mangue estava se recuperando e mexeram nele novamente. Espera que o país tenha pessoas de curinho para ver a incompetência de quem está aprovando esse projeto, é preciso fazer algo para preservar as futuras gerações, com soluções imediatas. Sr. Ibrahim perguntou se caso haja necessidade de mais dragagem, outras cavas serão abertas, e se o projeto já tem outros pontos demarcados. Sra. Patrícia respondeu que a futura sedimentação estará menos contaminada, o contaminante estará na cava, para baixo do solo, acredita que não. Sr. Dionísio/Concidadania relatou que há 10 anos, em audiência pública, a Embraport disse que não haveria problema com os pescados capturados em torno da Ilha Diana, e não é o que se constata hoje. Se a draga retirar sedimentos de mais de 60 anos que todas as indústrias contaminaram, o mar não vai ser contaminado? A Cetesb não faz análise da areia nem da água e os produtos se acumulam no corpo e causam câncer, a Codesp está jogando sedimentos na área do farol da Moela e pediu que o Conselho traga a Codesp à próxima reunião. Sra. Mariângela alertou que, antes da cava, lembrar que se trata de área de expansão portuária, é preciso verificar a destruição do mangue, uma vez que há projetos que pretendem impermeabilizá-lo, os moradores deveriam se preocupar com isso e participar das audiências públicas para rever a ZEE, pois é uma competição entre gigantes. Sr. Jefer complementou dizendo que não há estudo de aporte acumulado no mar. Sra. Patrícia disse que espera que a sedimentação apresente melhora. Sem

calado, o próprio navio dispersava sedimentos. Sr. William/Ecofaxina perguntou se os sedimentos levantados pelo tráfego de navios será confinado e quanto à qualidade da água. Ela respondeu que não, porque esse isolamento tem alto nível de segurança, com assoreamento e monitoramento para reposição. Perguntou se esse é o preferido em outros países. Ela respondeu que não existe a melhor alternativa, depende de cada situação e do projeto. Sra. Patrícia/OAB perguntou por quanto tempo esse monitoramento está previsto. Ela respondeu que continua de dois a três anos. Se atender o mínimo, em tese, não precisa mais fazer. De acordo com experiência anterior, alguns continuaram até 5 e 10 anos pós dragagem. O presidente disse que essa foi a primeira vez que o assunto foi apresentado e para ele foi convincente, foram levantadas colocações pertinentes. Em seguida informou que oficializará a Cetesb sobre o levantamento da balneabilidade e nível de contaminação de pescados, solicitando que o façam nos mesmos moldes em que foi elaborado em 2001. Se a Cetesb for por esse caminho, terão mais elementos. Sr. Fábio/ASS solicitou que a palestrante disponibilize a apresentação. Sr. Ibrahim disse que solicitará através da câmara de vereadores o aparelhamento do laboratório da prefeitura. Sra. Viviane, chefe do Departamento de Políticas Públicas na Semam, informou que ele será remanejado para outro local e que incluirá análise de metais pesados. Sr. William sugeriu convênio com universidades ou com outros laboratórios. Sr. Dionísio ressaltou que a Cetesb se apresente no Comdema com o tema dragagem e lembrou que não é contra o progresso, que gera renda e emprego, mas é preciso ver o lado ambiental. Sr. Ademar avisou que à noite haverá audiência pública em Cubatão sobre esse assunto. Informou que os demais itens da pauta, devido ao horário, serão apresentados na reunião de março e a resposta da Logum Logística será enviada por e-mail. Sr. Renato/Concildania informou que o projeto Condomínio Sustentável encontra-se na segunda fase. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, contendo seis páginas, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.



ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente do COMDEMA



SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária